



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Faculdade de Direito

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E FINANCEIRO DE 2020

Maputo, Fevereiro de 2021

Índice

Sumário executivo	3
I. Introdução	5
II. Actividades por eixo	6
1. Eixo de Ensino-aprendizagem	6
2. Eixo de Investigação	22
3. Eixo de Extensão e Inovação	37
4. Eixo de Governação e Cooperação Universitária	43
4.1. Governação	43
4.2. Cooperação	45
5. Gestão, Finanças e Recursos Humanos	49
5.1 Gestão	49
5.2 Finanças	49
5.3 Recursos Humanos	55
6. Eixo de Património e Infraestruturas	62
6.1. Património	62
6.2 Infraestruturas	62
7. Eixo de Assuntos Transversais	64
Constrangimentos	65
Lições aprendidas	66
Conclusões e Recomendações.	68

Lista de Abreviaturas

ACDH: Associação Centro de Direitos Humanos

AMLA: African Mining Legislation Atlas

CEDAB: Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida

CDH: Centro de Direitos Humanos

CDS: Centro de Direitos Sociais

CEND: Centro de Ensino à Distância

CTA: Corpo Técnico Administrativo

D: Doações

FADUL: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

FDUEM: Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

FDUM: Faculdade de Direito da Universidade de Macau

FLCS: Faculdade de Letras e Ciências Sociais

GQA: Gabinete para a Qualidade Académica

IPAJ: Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica

MCTESTP: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

MPGPP: Manual de Procedimento e Gestão de Processos Pedagógicos

NED: Núcleo dos Estudantes de Direito

OE: Orçamento do Estado (verba centralizada)

PEUEM: Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane

RP: Receitas Próprias

SIGA: Sistema Integrado de Gestão Académica

Sumário executivo

O presente relatório de actividades e financeiro descreve as actividades desenvolvidas pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) em 2020 no cumprimento da sua missão e visão e em harmonia com o Plano Operacional da FDUEM 2019-2021 e com do Plano Estratégico da UEM 2018-2028.

Entre as actividades realizadas, são de destacar, no eixo de ensino e aprendizagem, a capacitação de um número significativo de docentes e estudantes no uso da plataformas electrónicas Vula, SIGA e Zoom; a realização de trabalhos voluntários de utilidade social integrando estudantes que colaboram com o Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida (CEDAB); a participação dos estudantes nas actividades de investigação, designadamente no “Concurso Inter-Regional de Trabalhos de Investigação da África Austral”, organizado pela Universidade das Ilhas Reunião.

Outra actividade realizada com sucesso consistiu na monitoria da assiduidade dos docentes, do cumprimento dos planos analíticos, das condições sanitárias e do cumprimento das medidas de higiene e segurança dos docentes e estudantes face a COVID-19. Esta actividade revelou-se bastante desafiadora no contexto vigente.

No eixo da investigação a maioria das actividades previstas para o ano de 2020 reportavam-se à reestruturação, com vista a imprimir uma nova dinâmica nas actividades de investigação da FDUEM, do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Neste eixo, o grande destaque foi o lançamento do CEDAB, que teve lugar em Outubro.

Ainda no âmbito deste eixo, no contexto do acompanhamento de projectos já em curso, foram realizadas as seguintes actividades: (i) realização do Seminário de Avaliação das Necessidades de Formação em Ilícitos das Pescas e FishFORCE (ii) acompanhamento dos Estudantes no quadro do Projecto African Mining Legislation ATLAS (iii) elaboração do Relatório de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, entre outras.

No campo da Extensão e Inovação o destaque refere-se à prestação de serviços e assistência técnica pelo Centro de Prática Jurídica, tendo sido possível assistir 111 casos, dos 150 previstos para 2020, através do patrocínio judiciário e 8 casos através de resolução extrajudicial de conflitos.

Várias actividades dos eixos prioritários não foram realizadas devido a eclosão, no primeiro trimestre de 2020, da pandemia da COVID-19, que afectou igualmente os eixos de Gestão, Finanças e Recursos Humanos e de Património e Infraestruturas. Os impactos mais adversos nestes dois eixos incluem a não realização de acções de treinamento do pessoal administrativo, a redução drástica de receitas dos

cursos ministrados e o adiamento da revisão do projecto de construção do novo edifício da FDUEM e, consequentemente, o protelamento da actividade de *fund-raising* para o aludido projecto.

Do ponto de vista de impacto no financiamento interno, estima-se que a conjuntura de 2020 tenha propiciado a redução do financiamento em cerca de **15.249.160,83MT**, sendo que deste montante 14.369.767,83MT correspondem a receitas próprias previstas, que não foram arrecadadas como resultado directo da pandemia. Dada a sua magnitude, a redução de financiamento interno comprometeu a realização de várias actividades críticas previstas no plano de actividades de 2020. Esta situação é particularmente expressiva, se tivermos em conta que o total (todas as fontes) da execução orçamental da FDUEM em 2020 (excluindo remunerações, gastos gerais e despesas de capital na fonte do OE) não ultrapassou **24.869.597,42MT**.

I. Introdução

▪ Perfil da unidade

A Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) lecciona cursos aos níveis de graduação, de cariz generalista, bem como de pós-graduação (mestrado, doutoramento e especialização), orientados para as necessidades do país, da integração regional e da globalização.

Os cursos são oferecidos em regime laboral (curso de graduação) e em regime pós-laboral (curso de graduação e todos cursos de pós-graduação).

Este órgão está acessível pelo website www.direito.uem.mz e pelos endereços telefónicos +258 21494748/490764; Telefax: + 258 21 494630.

▪ Localização

A Faculdade de Direito está localizada na Av. Kenneth Kaunda, nº 960, Bairro Sommerschild, Cidade de Maputo. O edifício da Faculdade desenvolve-se em quatro pisos constituídos por dois blocos, contando no presente ano com 59 anos de idade e ocupa uma área de 2.366m².

▪ Estrutura orgânica

Em harmonia com o Regulamento da FDUEM, a estrutura orgânica desta unidade consta do Organograma em anexo, (Organograma 1). Entretanto, no âmbito da revisão em curso do aludido Regulamento, a estrutura proposta evoluiu para uma realidade diferente, conforme o Organograma 2, também em anexo.

▪ Principais Funções:

Ensino:

- Ensino superior em Direito nos níveis de Graduação e Pós-Graduação, Mestrado Doutoramento e Pós-Graduação (vertente de especialização).

Investigação:

- Promoção da investigação científica e do estudo das aplicações do Direito e Cooperação para o Desenvolvimento nas áreas prioritárias do desenvolvimento do país e suporte à função de ensino.

Extensão:

- Realização de cursos de curta duração;

- Organização de estágios para estudantes por via da assistência jurídica aos cidadãos carenciados e realização de diversas actividades de pesquisa, palestras, capacitação e disseminação dos Direitos Humanos e Direitos Sociais.

II. Actividades por eixo

1. Eixo de Ensino-aprendizagem

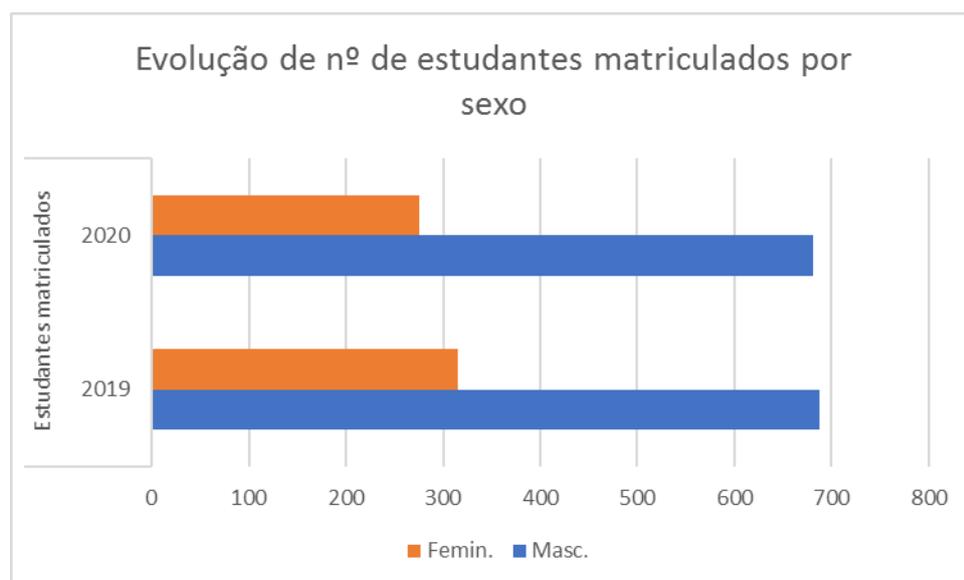
No ano lectivo de 2020, matricularam-se cerca de **957** estudantes, dos quais **681** correspondente a 71% são do sexo masculino e **276** correspondente a 29% são do sexo feminino. Em comparação com o ano de 2019, houve uma redução na ordem de 1% em masculinos e de 1% em femininos.

É importante salientar que do total dos estudantes matriculados, **802** correspondem ao nível de graduação, representando 84% da população estudantil, e **155** estudantes correspondem ao nível de pós-graduação, equivalendo a 16% dos estudantes matriculados.

Tabela 1: Evolução da população estudantil por sexo, 2019-2020

Sexo	Estudantes matriculados				Evol (%)
	2019		2020		
	Nº	%	Nº	%	
Masc.	687	69%	681	71%	-1%
Femin.	315	31%	276	29%	-1%
Total	1,002	100%	957	100%	-4%

Graf. 1: Evolução da população estudantil, por sexo.



No que concerne aos ingressos, estava previsto para o nível de graduação 140 novos ingressos, dos quais 70 seriam para o período diurno e os restantes 70 para o período pós-laboral. No entanto, ingressaram 148 estudantes, o que corresponde a um incremento de 6% de ingressos em relação ao planificado.

Ao nível dos cursos de pós-graduação estavam previstos 75 novos ingressos distribuídos pelos três cursos designadamente: Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Mestrado em Direito do Petróleo e Gás e Mestrado em Cooperação para o Desenvolvimento. Porém, devido a situação pandémica que se vive no País só foi possível, com recurso às plataformas digitais, em particular o Zoom, arrancar com o curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, com 24 estudantes e com o Curso de Pós-graduação em Direito da Contratação Internacional.

Não foi possível realizar o curso de especialização em Direito dos Seguros que seria oferecido em parceria com o Instituto Brasileiro do Direito do Seguro, em virtude de com a decretação do Estado de Emergência os professores Brasileiros não poderem viajar para Maputo, aliado ao facto de a filosofia do Curso não contemplar o uso de plataformas digitais para a leccionação. O mesmo sucedeu-se com os Cursos de Mestrado em Direitos Humanos e em Cooperação e Desenvolvimento, sendo que para este último também concorreu o número insuficiente de candidatos e para o primeiro os sucessivos Estados de Emergência e Situação de Calamidade Pública que inviabilizaram as viagens dos professores estrangeiros.

No domínio das graduações, para o ano lectivo de 2020, estava prevista a realização de defesas de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, de um total de **348** estudantes, sendo que **150** seriam do nível de graduação e **198** de pós-graduação. Contudo, foram graduados 88 estudantes dos quais 53 do nível de graduação e 35 de pós-graduação.

Tabela 2: Evolução das graduações por níveis, 2019 – 2020

Níveis	Graduações				Evol (%)
	2019		2020		
	Nº	%	Nº	%	
Graduação	99	76%	53	60%	-5%
Mestrado	26	20%	35	40%	3%
Doutoramento	5	4%	-	0%	-
Total	130	100%	88	100%	-3%

Actividades planificadas e realizadas

No objectivo estratégico 2 (garantir a inovação no processo de ensino-aprendizagem, alicerçada na investigação e extensão) foram programadas diversas acções com vista a garantir o aumento do número de horas de contacto dos docentes com os estudantes com recurso às plataformas eletrónicas. Esta actividade foi realizada muito mais cedo do que se previu, não só para responder o objectivo estratégico como também para atender as circunstâncias impostas pela pandemia da Covid-19. Neste âmbito, docentes e estudantes foram capacitados no uso da plataformas Vula, SIGA e Zoom.

Decorreram nos meses de Setembro a Novembro de 2020 dez sessões de capacitação nas quais os colegas do CEND foram facilitadores: 8 sessões para os docentes, presencial e online e 2 sessões presenciais para os discentes.

No que respeita aos conteúdos das sessões, foram abordados os seguintes:

- a) As funcionalidades da plataforma vula.
- b) A configuração de avaliações no vula.

Também foram disponibilizados os seguintes materiais:

- a) Tutorial para uso do Moodle,
- b) Tutorial para uso do Zoom.

Em relação ao uso do SIGA, o Informático prestou assistência aos docentes.

A capacitação do corpo docente e discente no uso das TIC, em particular das plataformas de ensino à distância adaptadas para o modelo de ensino híbrido ocorreu com o apoio do Centro de Ensino à Distância (CEND), em aproximadamente 60% para o corpo docente e 20% para o corpo discente. Com esta capacitação, os docentes sentem-se mais confortáveis em apresentar as aulas em formato de comunicação síncrona e a aderência dos estudantes

aumentou significativamente do primeiro para o segundo semestre. Esta actividade teve um impacto académico e social porquanto:

- i) Determinou um novo *modus operandi* na vida académica e em outras formas de interacção social porquanto, o essencial das actividades académicas (de carácter pedagógico e administrativo) e sociais tiveram continuidade por conta da familiarização com as plataformas *on-line*.
- ii) Permitiu uma maior harmonização e monitoria do processo de ensino-aprendizagem. Num momento inicial, recorreu-se, aleatoriamente, a qualquer plataforma disponível (Moodle, Google Aulas, Skype, Colibri e WhatsApp). Posteriormente, a Faculdade de Direito identificou duas plataformas para uso universal (Vula e Zoom).

O recurso a estes instrumentos tem impacto no que respeita à redução de despesas de deslocação para os estabelecimentos de ensino. Em contrapartida, introduz custos referentes ao consumo de internet (assistência a aulas, seja em formato de comunicação assíncrona seja síncrona).

A Direcção Nacional do Ensino Superior introduziu uma plataforma denominada SIMEACACIN que visava assegurar o processo de ensino-aprendizagem, através do uso de dados de telefonia móvel das três operadoras nacionais com isenção e/ou bonificação com vista a tornar acessível, para estudantes e docentes, o processo de ensino-aprendizagem com recurso às plataformas digitais *online*, porem a iniciativa não foi bem sucedida.

No tocante ao objectivo estratégico 3 (assegurar um ambiente de vida académica e social para o desenvolvimento integral dos estudantes) foram criados trabalhos voluntários a executar pelos estudantes integrados no CEDAB realizando actividades de limpeza das praias.

Já para o objectivo estratégico 4 (transformar os processos de gestão do processo de ensino aprendizagem, adequando-os às necessidades de uma universidade de investigação), foram realizadas as seguintes acções: subscrição da Faculdade de Direito nas plataformas Vula e SIGA, sendo aquela uma plataforma destinada ao ensino remoto, em complemento do ensino presencial. Adicionalmente, a Faculdade adquiriu uma licença da plataforma Zoom Pro e beneficiou de outras duas licenças adquiridas pela Universidade.

Quanto à actividade de assegurar a participação dos estudantes nas actividades de investigação, ao invés das acções planificadas ao nível dos grupos de disciplina, foi lançado um concurso para seleccionar os estudantes com melhores trabalhos de fim de curso para

representar a Faculdade no “Concurso Inter-Regional de Trabalhos de Investigação da África Austral”, organizado pela Universidade das Ilhas Reunião.

Este concurso visa premiar os melhores trabalhos de investigação realizados pelos estudantes, para tal, para os estudantes pré-seleccionados (em função da média de defesa dos TFC) foi dada a oportunidade de reformular o trabalho tendo em vista a natureza inter-regional do concurso. Esta actividade tem vindo a decorrer já há 3 anos. E para o ano de 2020 a FDUEM foi representada pela recém-graduada Arnela Maiquita, com o trabalho subordinado ao tema “Da Responsabilidade Pré-Contratual no Direito Internacional Privado Moçambicano”. Os trabalhos vencedores do concurso são publicados localmente.

No que diz respeito à revisão curricular, por causa da pandemia da COVID-19 só em Setembro do ano em referencia teve seu inicio, com a nomeação da Comissão Central de Revisão Curricular (CCRC). Foram identificados os cursos de licenciatura (regime laboral e pós-laboral) e de mestrado (Direito do Comércio Internacional, Direitos Sociais, Direitos Humanos, Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Económicas e Ciências Jurídico-Políticas).

O Relatório de Progresso desta Comissão indica terem sido produzidos os seguintes documentos:

- i) Plano de Trabalho da Comissão;
- ii) Regulamento de Procedimentos da Comissão;
- iii) Termos de Referência da Revisão Curricular;
- iv) Proposta de constituição de grupos de trabalho e respectiva coordenação.

A Comissão propõe, como passos subsequentes:

- i) Apresentar a proposta dos Termos e Condições do Processo;
- ii) Apresentar a proposta de constituição de grupos de trabalho e a respectiva coordenação;
- iii) Apresentar os termos e objectivos do processo para cada uma das comissões especiais.

Pelas razões cima referidas, não foram executadas as seguintes acções: i) Frequência do curso de formação psicopedagógica sobre “Desenho e Desenvolvimento Curricular e Institucional” e ii) Acreditação dos cursos de licenciatura e de mestrado.

- Fonte de financiamento;

A UEM patrocinou a capacitação, por intermédio do Centro de Ensino à Distância (CEND) e adquiriu licenças Pro de Zoom. Procedeu igualmente à montagem de um sistema de videoconferência. A Faculdade de Direito da UEM, além de disponibilizar internet (ligação Wi-Fi), adquiriu igualmente uma licença Pro.

1.1 Estudantes inscritos

Grau Académico	Nível académico e género																		Total
	1º Semestre																		
	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano			5º Ano			Trabalhos de fim do curso			
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
Licenciatura	132	213	345	120	152	272	104	184	288	95	161	256	19	51	70	18	35	53	1284
Mestrado	57	76	133													31	25	56	189
Doutoramento	4	20	24													-	-		24
Total																			1497
2º Semestre																			
Grau Académico	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano			5º Ano			Trabalhos de fim do curso			Total
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
Licenciatura	95	109	204	120	137	257	119	200	319	87	129	216	14	30	44	-	-	-	1040
Mestrado																			
Doutoramento																			

1.2 Estudantes matriculados por curso, grau e género/2020

Curso	Grau académico e género								
	Licenciatura			Mestrado			Doutoramento		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Licenciatura em Direito	218	584	802	-	-	-	-	-	
Mestrado em Direito do Comércio Internacional	-	-	-	4	7	11	-	-	
Ciências Jurídicas				7	18	25			
Ciências Jurídico-Económicas				7	8	15			
Ciências Jurídico-Políticas				7	18	25			
Direito do Petróleo e Gás				4	4	8			
Direitos Humanos				2	2	4			
Direitos Sociais				14	13	27			
Cooperação e Desenvolvimento				9	7	16			
Doutoramento e Direito							3	21	24
Total	218	584	802	54	77	131	3	21	24

1.3 Distribuição da População estudantil por país de origem, Unidade Orgânica, por curso, por nível e género

Nº Ordem	País	Faculdade/Escola	Curso	Nível académico	M	F	Total
1	Moçambique	Direito	Direito	1º ano	211	131	342

2	Moçambique	Direito	Direito	2º ano	152	119	271
3	Moçambique	Direito	Direito	3º ano	184	104	288
4	Moçambique	Direito	Direito	4º ano	161	95	256
5	Moçambique	Direito	Direito	5º ano	51	19	70
6	Timor-Leste	Direito	Direito	1º ano	0	1	1
7	Timor-Leste	Direito	Direito	2º ano	2	1	3
8	Angola	Direito	Doutoramento em Direito		2	0	2
9	Moçambique	Direito	Doutoramento em Direito		18	4	22
10	Angola	Direito	Mestrado em Direitos Sociais		1	0	1
11	Guiné-Bissau	Direito	Mestrado em Direitos Sociais		0	1	1
12	São Tomé e Príncipe	Direito	Mestrado em Direitos Sociais		0	1	1
13	Moçambique	Direito	Mestrado em Ciências Jurídicas		18	6	24
14	Moçambique	Direito	Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas		8	7	15
15	Moçambique	Direito	Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas		18	7	25
16	Moçambique	Direito	Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento		6	10	16
17	Moçambique	Direito	Mestrado em Direito do Comércio Internacional		6	5	11
18	Moçambique	Direito	Mestrado em Direito do Petróleo e Gás		4	4	8
19	Moçambique	Direito	Direitos Humanos		2	2	4
20	Moçambique	Direito	Direitos Sociais		13	14	27

1.4 Estudantes graduados de 2020 (1º e 2º semestres)

Grau Académico	Curso	Nº de Graduados/2020			Ano de ingresso de estudantes graduados em 2020							
		F	M	T	Anterior a 2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Licenciatura	Direito	18	35	53	26	4	10	8	12	18	21	
Mestrado	Ciências Jurídicas	0	1	1		1						
	Ciências Jurídico - Políticas	1	0	1							1	
	Ciências Jurídico - Económicas	1	4	5					1			4
	Direitos Humanos	1	0	1						1		
	Direitos Sociais	8	3	11					3		8	
	Cooperação e Desenvolvimento	2	2	4					1		3	
	Direito do Comercio Internacional	0	1	1	1			1				
	Petróleo e Gás	5	6	11							11	

1.5. Estudantes Bolseiros

Grau Académico	Nº de Bolseiros da UEM	Nº de Bolseiros de outras instituições nacionais	Nº de Bolseiros de outras instituições estrangeiras	TOTAL
Licenciatura	56	17	3	76
Mestrado	1	1	3	5
Doutoramento	4	1	2	7
TOTAL	61	19	8	88

1.6. Acções: Revisão Curricular

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Nomeação de Comissão Geral de Revisão Curricular e Nomeação de Comissões Especiais para a revisão	100%		
Produção dos Termos de Referência da Revisão Curricular	100%		
Revisão curricular do curso de Licenciatura em Direito – Regime Laboral e Pós Laboral e dos cursos de Mestrado em Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Económicas, Ciências Jurídico-Políticas, Direito do Comércio Internacional, Direitos Sociais e Direitos Humanos	20%		Execução em curso, mas prejudicada pelo encerramento de actividades presenciais
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

1.7. Acções: Qualidade académica

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Nomeação de Comissões de auto-avaliação	100%		
Auto-avaliação do curso de Licenciatura em Direito – regime laboral e Pós-laboral	20%		Execução em curso, porem prejudicada pelo encerramento das aulas presenciais
Actividades Planificadas – Cursos para acreditação	Nível de Execução		
Planos de melhoria			
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		

1.8. Acções: Apoio Social

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Identificação dos programas sociais existentes na FDUEM	0%	Desconhecido	
Criação de trabalho voluntário dos estudantes	5%	Educação cívica e Consciência de cidadania	O CEDAB promoveu actividades de limpeza da praia e de compilação de legislação ambiental.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		Observação
-	-		-

1.9 Acções: Gestão de Ensino

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
1.Monitorar as actividades dos grupos de disciplinas	100%	Permitiu a melhor preparação dos estudantes para a realização das avaliações, por um lado e por outro lado, melhor organização dos gestores académicos.	Cumprimento dos prazos de publicação de notas e dos processos de revisão de notas.
2.Divulgação de cursos de capacitação psicopedagógica	100%	Reduzido porque se desconhece que docente se candidatou aos cursos oferecidos e em que medida os cursos se reflectem no ensino	Alguns destes cursos não parecem desenhados para o curso de Direito.
Implementação do quadro de honra	0%	Desconhecido	O R.A. fez um levantamento dos estudantes com melhor aproveitamento para efeitos de atribuição de bolsa de estudos.
Promoção de reuniões das disciplinas do Departamento	0%	Desconhecido	
Promoção da formação dos docentes no SIGA/VULA	80%	SIGA - Reduzido, em função dos problemas que a plataforma coloca.	

		VULA - Muito limitado aos docentes que fizeram a formação, relativamente à plataforma	
Divulgação do MPPG	90%		No que concernem aos planos analíticos, estes obedecem ao formato do MPPG; conhecimento dos termos de referência dos tutores
Organização de eventos científicos para divulgação e análise da lei penal. De família e sucessões	0%		Não foi possível organizar tais eventos por virtude da ocorrência da pandemia. Porquanto, despendeu-se muito tempo e energia no entendimento da concretização do contacto virtual para o ensino e aprendizagem, tendo sido protelado para uma melhor altura a realização dos eventos.
Publicação dos trabalhos dos estudantes	5%		A Revista da FDUEM não está operacional, porem foram identificados os melhores trabalhos, sendo que um deles ganhou um prémio internacional.
Feira de Emprego	0%		Não foi possível organizar o evento em função da ocorrência da pandemia
Indicação de temas de pesquisa	30%		Em colaboração com o Gabinete de Cooperação, foram identificadas áreas de interesse para pesquisa e bem como os temas.
Organização de julgamentos fictícios	0%		Não foi possível organizar o evento em função da ocorrência da pandemia
Revitalização dos Memorandos de Entendimento da FADIR	40%		Em colaboração com o Gabinete de Cooperação, os Memorandos foram identificados e começou-se a fazer a sua revitalização, quando se verificou a ocorrência da pandemia
Monitorar o processo de culminação de estudos	100%	Culminação de estudos de diversos estudantes através da realização de um TFC ou EFC ou de Relatório de Estágio realizado	A s defesas foram organizadas e realizadas seguindo as regras do regulamento de culminação de estudos e

		no CPJ.	as normas de segurança e higiene no âmbito da prevenção da COVID 19.
Monitorar a assiduidade dos docentes e cumprimento dos planos analíticos	100%	Melhoria da assiduidade dos docentes, assegurando o cumprimento dos planos temáticos e a realização de aulas de reposição para suprir eventuais faltas ou omissões.	A assiduidade dos docentes foi confirmada através da informação semanal facultada pelos chefes de turma, bem como em função dos registos no livro de sumários.
Monitorar o processo de ensino e aprendizagem através de reuniões de monitoria com os representantes de turma e tutores de turma	100%	Maior articulação com os docentes e estudantes e garantia do cumprimento dos planos temáticos, da realização dos testes de frequência e/ou exames nas datas acordadas, e consequentemente melhoria da qualidade académica.	A monitoria deste processo foi feito com o envolvimento dos próprios docentes e chefes de turma. Os tutores de turma foram menos envolvidos, situação a corrigir.
Realizar palestras com o envolvimento de docentes e profissionais de outras instituições	0%	n/a	Esta actividade foi relegada para o segundo plano, tendo sido privilegiado a realização de diversos instrumentos e planos de preparação das aulas no modelo remoto e no modelo presença, bem como acompanhamento directo da realização das aulas e elaboração de diversos relatórios de monitoria.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Realizar monitoria pedagógica e sanitária para confirmar o grau de cumprimento das medidas de higiene e segurança dos docentes e estudantes, bem como aferir o grau de cumprimento dos planos temáticos. Para o efeito, foram realizadas as seguintes actividades: (i) subdivisão das turmas em diversos grupos e identificação de salas de aulas por cada	100%	Melhoria das condições pedagógicas e sanitárias dos docentes e estudantes; Maior capacitação dos docentes e estudantes para a realização de aulas virtuais através do Zoom;	Estas actividades, além da gestão do ensino, integram-se na medidas de prevenção da pandemia da COVID 19.

<p>sub-grupo; (ii) orientação dos docentes para revisão dos respectivos planos temáticos, tendo em consideração os tópicos fundamentais das disciplinas; (iii) Elaboração de horários de aulas para cada sub-grupo; (iv) criação de condições para realização de aulas virtuais; (v) maior articulação com os docentes e estudantes para efeitos de realização de aulas virtuais, incluindo a elaboração de um vídeo com um tutorial bastante elucidador; (vi) organização de diversas capacitações para o uso da plataforma Vula.</p>			
--	--	--	--

2. Eixo de Investigação

A pandemia da covid-19 e as suas consequências trouxe várias limitações na implementação do Plano de Actividades de Investigação e Extensão. Com efeito, para o ano de 2020, a FDUEM tinha previstas várias actividades, cujo cumprimento foi negativamente afectado pela pandemia. Assim sendo, dentro da anormalidade podemos, no geral, considerar que o desempenho foi satisfatório.

A maioria das actividades programadas para o ano de 2020 no domínio da investigação reportavam-se à reestruturação, com vista a imprimir uma nova dinâmica nas actividades de investigação da FDUEM, não só do ponto de vista qualitativo, com a criação de condições para a melhoria da qualidade da investigação científica e dos respectivos resultados, como também do ponto de vista quantitativo, com o incremento das iniciativas ou projectos de pesquisa e das publicações científicas ao nível da Faculdade.

Portanto, como uma das formas de se materializar o objectivo estratégico n.º 3 (Estreitar a articulação entre formação e investigação ao nível de graduação e pós-graduação, como mecanismo de preparação da futura geração de investigadores e elevação da qualidade do ensino e aprendizagem), neste eixo o grande destaque vai para o lançamento do Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida (CEDAB), que teve lugar no dia 14 de Outubro. O CEDAB é uma unidade interna da FDUEM criada no início do ano de 2020, com o propósito fundamental de contribuir para o fortalecimento das componentes de investigação e extensão ao nível da Faculdade. Durante o ano 2020 contou com uma comissão instaladora formada pelos Docentes: Doutor Carlos Serra (o Coordenador), Prof. Doutor Gildo Espada e Dr. Pascoal Bié, pelos estudantes Wilda Ngovene, Floriana Mutane, David Ferreira e pela Dra. Eneth Sigáúque.

O CEDAB visa a promoção de estudos, seminários, conferências, cursos e eventos análogos, bem como serviços no domínio dos direitos que tutelam bens jurídicos de natureza supra-individual, tais como o ambiente, a biodiversidade, o património cultural, o ordenamento do território, o urbanismo, a saúde pública, a qualidade de vida, os direitos dos consumidores, entre outros.

O evento foi presidido pelo Director da Faculdade, Doutor Henriques Henriques, e contou com a presença de diversos convidados, membros do corpo docente e administrativo, bem como estudantes inscritos nos programas lançados pelo CEDAB. Contou também com a participação de diversas individualidade e representantes de entidades públicas, sendo de destacar a digníssima Procuradora Chefe da Cidade de Maputo, o Bastonário da Ordem de Advogados de Moçambique e o Presidente da Associação Moçambicana de Juizes. Na mesma ocasião as primeiras colectâneas Digitais de Legislação e os três principais programas do CEDAB 2020-2021, a saber:

- Programa de apoio à Investigação Científica;
- Programa de apoio à Cidadania Ambiental; e
- Programa de Apoio à Extensão Ambiental;

O lançamento dos programa de investigação e das colectâneas Digitais de legislação acima referidos é, sem dúvidas, uma das formas de concretização do objectivo estratégico n.º 8 e 5 (Aumentar os projectos de investigação básica e aplicada e de transferência de tecnologias) e (ampliar a qualidade e quantidade dos trabalhos de investigação realizados na UEM em consonância com as linhas de investigação e os planos de investigação aprovados), respectivamente.

i) Programa de apoio à Investigação Científica

Este programa visa fundamentalmente promover a investigação científica na área do Direito do Ambiente, envolvendo estudantes da FDUEM. A primeira pesquisa deste programa é subordinado ao tema “Direito à Cidade”. Ora, para a sua materialização foi elaborado um conjunto de temas que respondem a maior parte das problemáticas que se colocam em causa quando se fala de Direito à Cidade.

Urge referir que o País enfrenta um défice na abordagem urbana, ou seja, não existe propriamente uma agenda urbana nacional, orientada para a definição de princípios e regras de gestão urbana, quadro institucional adequado, investimento na cidadania urbana e essencialmente na prestação de serviços essenciais à materialização do direito de todos a uma cidade sustentável.

Constituem componentes essenciais deste programa a Nova Agenda Urbana, documento aprovado na III Conferência do UN Habitat sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano,

realizado na cidade Quito (Equador), em 2016, bem como o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

O programa de apoio à investigação foi inicialmente concebido para abranger 12 estudantes da faculdade, porém, o alcance foi maior do que o previsto. Pois, despertou interesse não só dos estudantes da FDUEM como de demais instituições de ensino de Direito (USTM, UP, UNI Zambeze).

Foram inscritos 32 estudantes colaborarem no programa que de forma eufórica, desenvolveram as suas pesquisas, alguns para efeitos de conclusão de curso e outros para as diferentes finalidades que o programa oferece (Revista CEDAB, Cadernos CEDAB e a apresentação em eventos, incluindo as I Jornadas Científicas alusivas ao Direito à Cidade, a serem realizadas em Abril do ano de 2021).

Desde o lançamento do programa foram realizadas várias sessões de orientação metodológica com vista a doptar os participantes de requisitos básicos para a elaboração de uma escrita académica. Por motivos de COVID-19, o grupo de participantes foi subdividido em dois grupos, por forma a evitar o aglomerado de estudantes. No entanto, o maior obstáculo foi o espaço da sala, sempre que possível recorria-se à uma das salas de Mestrado para o desenvolvimento das atividades que eram teóricas e práticas e as sessões eram orientadas pelo Coordenador do Centro.

ii) Programa de apoio à cidadania ambiental

O principal objetivo deste programa é de promover a cidadania ambiental, desde os direitos até aos deveres que assistem aos cidadãos nesta temática do ambiente e áreas afins. Pretende-se com este programa elaborar diversos materiais que poderão garantir a difusão dos direitos dos cidadãos, incluindo os que se encontram em zonas recônditas.

Para a materialização deste programa, foram elaborados quatro (04) Guiões de Direitos, sendo que até agora foram iniciados, por estudantes inscritos ao presente Programa.

- Guião de Cidadania Ambiental
- Guião do Direito à Cidade
- Guião do Consumidor
- Guião dos Direitos e Deveres dos Utentes das Praias

À semelhança do outro Programa, foram abertas inscrições para estudantes voluntários, tendo se inscrito cerca de 10 estudantes. Foram igualmente realizados encontros de trabalho e orientação metodológica. Alguns encontros foram realizados fora das instalações da Faculdade como por exemplo o Jardim Dona Berta.

Ainda neste Programa foram elaboradas 05 colectâneas de legislação, a saber:

- Colectânea do Estado de Emergência;
- Colectânea de Legislação Ambiental;
- Colectânea de Legislação Bancária;
- Colectânea de Legislação Comercial;
- Colectânea de Legislação Administrativa.

Foi igualmente preparado o guião para a elaboração da colecção “Cadernos CEDAB”, que irá servir para publicar artigos científicos produzidos no contexto dos programas e projectos da unidade orgânica.

Relativamente ao objectivo estratégico n.º 7 – Promover a disseminação estruturada de resultados de investigação, com vista a visibilidade, o alcance e impacto dos resultados da investigação, o CEDAB organizou duas grandes palestras visando a promoção da disseminação dos resultados de investigação , a saber:

- “Direito à Cidade: Pretensões e Desafios” – teve como palestrante o Professor Doutor António Prista e contou com a participação dos estudantes afectos aos dois programas de investigação e de apoio à cidadania. A palestra teve um impacto positivo na medida em que os estudantes saíram entusiasmados, também foi notória a intervenção de forma activa ao longo da apresentação da mesma. Este facto levou ao palestrante a manifestar uma enorme vontade de colaborar com o CEDAB.
- “Apresentação e divulgação do Manual de Crimes contra a Fauna Bravia” – feita pelos representantes da SPEED+ que falaram sobre a instituição e seus programas, também manifestaram o interesse de uma possível colaboração de actividades com o CEDAB. A apresentação do referido Manual foi feita pelo Prof. Doutor Gildo Espada que aproveitou a ocasião para reforçar a necessidade de parcerias entre estas duas instituições.

- Nesta mesma palestra, a SPEED+ ofereceu 20 exemplares do manual à Faculdade, sendo 10 deles para a Direcção da Faculdade e 10 para a Biblioteca do CEDAB e neste momento encontra-se em fase de edificação.

Relativamente às actividades como *Adopção de uma política de investigação da FDUEM; Reestruturação dos Departamentos Académicos; Subscrição de plataformas de revistas electrónicas; Dotar as Bibliotecas e Centros de Investigação de equipamento adequado para a pesquisa; Adopção de um mecanismo de detenção de plágio e Publicação da Revista Jurídica*, tiveram um desempenho inferior ao que se esperava, devido as razões diversas, sendo a pandemia da covid-19 a principal, pois inviabilizou várias outras acções que concorriam directamente para a materialização dessas actividades.

Por outro lado, a dependência de terceiros é outro elemento que determinou a não concretização das actividades propostas, como é o caso da reestruturação dos departamentos académicos que dependia da aprovação do novo regulamento da FDUEM, uma vez que até ao momento não foi aprovado, apesar de a Faculdade ter já apresentado a respectiva proposta às entidades competentes da Universidade.

Em relação à *Conferência sobre as Reformas Jurídicas de Moçambique*: Esta actividade já transitara do Plano de 2019, onde a sua realização revelou-se impossível devido à falta de financiamento. Com a pandemia da covid-19 e as limitações impostas em relação a realização de eventos que possam envolver aglomerações, esta actividade teve de ser adiada, enquanto se repensassem as estratégias para a sua materialização dentro do novo quadro. No entanto, dada a sua importância a mesma ficou inscrita nas actividades do ano 2021.

Ainda no domínio da Investigação, outras actividades tiveram lugar para a materialização dos objectivos estratégicos 3 (articular a formação com a investigação), 5 (ampliar a quantidade e qualidade dos trabalhos de investigação) e 7 (promover a disseminação de resultados de investigação), pois houve em 2020 o acompanhamento de projectos já em curso, e nesse âmbito foram realizadas as seguintes actividades:

- (i) **Seminário de Avaliação das Necessidades de Formação em Ilícitos das Pescas e FishFORCE.:** A Faculdade de Direito da UEM organizou, no dia 29 de Outubro de 2021, um *Workshop* para avaliar as necessidades de formação em pescas e segurança marítima em parceria com a FishForce Academy da Nelson Mandela University da África do Sul.

O *workshop* estava enquadrado nos esforços da FD de cada vez mais participar activamente nos processos de formação dos quadros nacionais e, no caso vertente, do sector do controlo e fiscalização marítima. Durante o *workshop* foram abordados temas relacionados com os ilícitos da pesca, investigação criminal dos ilícitos da pesca, investigação forense avançada nos crimes pesqueiros, monitoria do comércio marítimo e conformidade, aplicação da legislação marinha e costeira entre outros. Participaram na formação docentes, investigadores inspectores, fiscais, procuradores, juízes, em representação das diferentes instituições que intervêm na área, totalizando 23 pessoas, representando, 9 instituições com destaque para os quadros do Ministério do Mar, Pescas e Águas Interiores, Procuradoria Geral da República, a Presidência da República, entre outros.

- (ii) **Acompanhamento dos Estudantes no quadro do Projecto African Mining Legislation ATLAS** . em que na qualidade de responsável pelo Projecto AMLA para os países africanos de língua portuguesa a FD, através da Equipa de Coordenação, monitorou as actividades da Equipa de Pesquisa Legal constituída por dois estudantes, sendo um de Moçambique e outro da Guiné-Bissau. Neste domínio, coube a equipa de Coordenação definir e monitorar as actividades dos Estudantes, bem como a sua avaliação. Ainda no âmbito do projecto AMLA, a FDUEM lançou o concurso de candidaturas para a selecção de novos estudantes a integrarem a Equipa de Pesquisa Legal para o ano de 2021, estando a finalizar o processo de selecção.
- (iii) **Elaboração do Relatório de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique**. O Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UEM foi seleccionada mediante concurso público, para realizar o Relatório de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique. Este trabalho foi concluído em Dezembro de 2020 e o Relatório será lançado em Janeiro de 2021. O Centro de Direitos Humanos tem elaborado estes relatórios desde 2017, o que mostra que existe confiança na capacidade da unidade na elaboração deste tipo de relatórios especializados. Este trabalho envolveu 4 docentes, 4 estudantes, 3 técnicos do CTA e 4 colaboradores externos.
- (iv) **Estudo sobre as Abordagens Comunitárias sobre a Protecção da Criança com Deficiência na Cidade da Beira e no Distrito de Búzi, em Sofala**. As crianças com

deficiência sofrem a discriminação devido a ausência de uma Lei específica de protecção das pessoas com deficiência e aos padrões sócio-culturais enraizados na nossa sociedade, o modelo patriarcal, a legislação vigente de protecção as crianças não se adequam a realidade actual, posto que, as crianças com deficiência ainda são vítimas de violência doméstica, violação sexual, assédio sexual nas comunidades, famílias e na sociedade.

Foi neste contexto que a Light for the World, com o apoio da African Child Policy Forum (ACPF) e com financiamento da Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento encomendaram ao Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UEM um estudo **sobre Abordagens Comunitárias para a Protecção de Crianças com Deficiência no Distrito de Buzi e Cidade da Beira na Província de Sofala, Moçambique**. A pesquisa incluiu os actores estatais, líderes comunitários e organizações da sociedade civil que partilharam as suas perceções sobre os sistemas de protecção da criança com deficiência nos diferentes contextos.

Para levar à cabo a missão de entrevistar os agregados familiares, as instituições públicas, os líderes comunitários foram recrutados inquiridores para administração dos mesmos. Assim, participaram no estudo 40 agregados familiares, 20 líderes comunitários, 4 instituições do Governo, nomeadamente Procuradoria do Distrito, Serviços Distritais de Mulher e Acção Social, Serviços de Educação, Juventude, Tecnologia e Desporto e Instituto de Patrocínio e assistência Jurídica todos localizados no Distrito de Búzi; uma entrevista com um representante do UNICEF e 1 com o Coordenador da Associação AMAVIDA.

A participação de docentes da FDUEM em eventos científicos como III Colóquio Internacional DISE da Universidade do Extremo Sul Catarinense, do Brasil e o II Congresso Angolano sobre Corporate Governance são outras actividades a assinalar.

2.1. Gestão da Investigação

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Adopção de uma política de investigação da FDUEM	50%		Actividade em curso. A Comissão de elaboração da política foi criada e está na Fase de finalização da proposta a ser submetida aos órgãos da FD para aprovação
Reestruturação dos Departamentos Académicos	0%		Esta actividade estava dependente da aprovação do novo Regulamento Interno da Faculdade, o que ainda não aconteceu.
Realização de seminários	25%		Para esta actividade foram definidos os principais temas para os seminários, mas devido à pandemia o processo ficou suspenso, para dar espaço para a definição de novas estratégias de acção.
Subscrição de plataformas de revistas electrónicas	50%		Foram identificadas as plataformas a subscrever e neste momento está-se em contactos com os servidores para obtenção dos procedimentos para inscrição.
Aquisição de materiais bibliográficos	50%		A Comissão de elaboração da Política de Desenvolvimento do Acervo apresentou a proposta de política faltando a sua aprovação pelos órgãos competentes da FD.
Dotar as Bibliotecas e Centros de Investigação de equipamento adequado para a pesquisa			
Adopção de um mecanismo de detenção de plágio	15%		Foi identificado o provedor do mecanismo (Turnitin) tendo sido feita a demonstração do mesmo. De momento falta a FD decidir pela contratação ou não.
Promoção de participação dos docentes e investigadores em conferências internacionais	30%		Foram partilhadas várias iniciativas de chamadas de resumos para participação em conferências internacionais.

Tornar os Centros em pólos de prestação de serviços	0%		A materialização desta actividade passava pela adopção da Política de Funcionamento dos Centros, o que não se efectivou.
Estabelecimento de Centros de Conciliação e Mediação de Conflitos, do Direito do Ambiente e de Estudos de Energia	30%		Foi criado o CEDAB.
Realização da Conferência Internacional (Sobre as Reformas Jurídicas em Moçambique)	10%		Foi concebida a nota conceptual da conferência. Devido à pandemia da covid-19, esta actividade ficou suspensa, tendo sido transposta para o ano de 2021.
Seminário Internacional com a Universidade de Macau	0%		Devido à pandemia da covid-19, esta actividade não foi realizada, visto que pressupunha a deslocação de Docentes da FD para Macau.
Publicação da Revista Jurídica	40%		Foi criado o Comité Editorial da Revista e elaborada a proposta do Regulamento da RFDUEM estando neste momento pendente da aprovação pelo órgão competente.
Promoção de parcerias de intercâmbio científico			Para esta actividade destacam-se a publicação d livro comemorativo dos 30 anos de cooperação entre a FDUEM e a FDUL e o início das conversações para a edição em 2021 de um livro sobre Direito dos Transportes. Assinala-se ainda a coordenação com a FDUSP para a realização de um evento científico bilateral para o mês de Novembro. Mas que não se concretizou por razões logísticas, tendo se reprogramado a actividade para 2021
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Participação no Moot Court Internacional sobre Arbitragem Comercial Internacional (Willem C. Vis Moot)	50%		A FDUEM participa do Moot Court com uma equipa constituída por 5 Estudantes finalistas, sendo Quatro do período Laboral e Um do período pós-laboral.
Realização do Seminário de	100%	Foi desenvolvido o	Esta actividade foi desenvolvida no âmbito da

Avaliação das Necessidades de Formação em Ilícitos das Pescas e FishFORCE		currículo programa de capacitação para os funcionários dos sectores de pescas cuja formação terá lugar em 2021.	parceria com a Academia FishForce no quadro do acordo de parceria assinado entre a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Nelson Mandela.
Acompanhamento dos Estudantes no quadro do Projecto African Mining Legislation ATLAS	100%		Actividade realizada no âmbito da selecção da FDUEM como responsável do Projecto AMLA para os países africanos lusófonos
Elaboração do Relatório de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique	100%		Esta actividade foi desenvolvida com base na aplicação a fundos competitivos e enquadra-se as actividades de extensão universitária na dimensão de consultorias e assistência técnica.

2.2. Desenvolvimento de pós-graduação

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Reforma Curricular			Criada comissão central de reforma curricular estando neste momento a trabalhar nos instrumentos orientadores da reforma e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação da FD
Oferta do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas	100%		
Oferta do Curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento	25%		Foi feito o processo de recepção de candidaturas, mas o programa não arrancou devido ao número reduzido de candidatos.
Oferta do Curso de Mestrado em Direitos Humanos	50%		Foi concluído o processo de selecção dos candidatos, mas o curso não arrancou devido à situação da pandemia da covid-19, que inviabilizou as viagens dos professores estrangeiros. O arranque do curso foi transferido para 2021.
Oferta do Curso de Pós-graduação de Direito da Contratação Internacional	100%		

Oferta do Curso de Pós-Graduação em Direito dos Seguros	50%		Actividade inviabilizada pela pandemia da covid-19.
Realização de Defesas de Mestrado	75%		
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

2.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

2.4. Identificação de oportunidades de financiamento

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Concurso para a elaboração do Relatório de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique	100%	Conhecido o estado dos DH	O Centro de Direitos Humanos concorreu e foi adjudicado o trabalho de consultoria
Realizado o estudo sobre as Abordagens Comunitárias sobre a Protecção da Criança com Deficiência na Cidade da Beira e no Distrito de Búzi, em Sofala	100%	Conhecidas as abordagens comunitárias de protecção da criança com deficiência nos Distrito de Búzi, Gorongosa e Cidade da Beira	O Centro de Direitos Humanos foi identificada como sendo a instituição competente para conduzir o estudo.

2.5. Monitoria de Programas/Projectos de investigação na UEM

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Produção de conhecimento científico em matéria de direitos humanos	100%		No âmbito deste programa o CDH conseguiu: <ul style="list-style-type: none"> • Edição do Manual sobre Sistema Africano de Direitos Humanos • Elaboração do Manual sobre Monitoria de Direitos Humanos • Edição e Compilação de Instrumentos sobre Direitos Humanos
Colocar os conhecimentos técnicos e resultados das pesquisas ao serviço das comunidades	100%		No âmbito deste programa de extensão, através do CDH foi possível: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos membros (Deputados) da 3ª Comissão da Assembleia da República em Monitoria de Direitos Humanos • Apoio aos estudantes de Mestrado em Direitos Humanos e Democratização em África da Universidade de Pretória
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		Observação
Monitoria dos Estudantes no âmbito do Projecto AMLA	100%		Foram acompanhados dois estudantes seleccionados para integrar a Equipa de Pesquisa Legal da África Lusófona, sendo um de Moçambique e outro da Guiné Bissau.

2. 6. Projectos de investigação

2.6.1. Projectos desenvolvidos na Unidade (Colectivos e/ou individuais)

Título do projecto	Investigador (es)	Unidade	Departamento	Fonte de Financiamento	Orçamento
Projecto de Pesquisa sobre Índice de Estigma e Discriminação nas Unidades Sanitárias	Paulo Daniel Comoane	FD	CDS	MISAU-Fundo Global	
Programa de apoio à Investigação Científica;	Wilda Ngovene	FD	CEDAB		
Programa de apoio à Cidadania Ambiental	Floriana Mutane	FD	CEDAB		

2.6.2. Projectos desenvolvidos no âmbito de formação (pós-graduação)

Título do projecto	Investigador (es)	Unidade	Departamento	Fonte de Financiamento	Orçamento

2.7. Fundos competitivos

Título do projecto	Investigador (es)	Unidade Orgânica	Fundo a que concorre	Orçamento (em Mts)	Observação

2.8. Publicações

2.8.1. Artigos Científicos com revisão de pares, publicados em *Revistas indexadas*

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Nome da Revista	Local	URL
	Apelido (s)	Nome (s)					

2.8.2. Artigos Científicos com revisão de pares, publicados em *Revistas não indexadas*

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Nome da Revista	Local	URL
	Apelido (s)	Nome (s)					
	Machava	Almeida	2020	O Direito ao Desenvolvimento e a Autodeterminação das Comunidades Indígenas: um dilema insuperável?	“Direito e inclusão socioeconômica”, v.3 da Coleção Biblioteca DISE	Brasil	

2.8.3. Trabalhos completos publicados em anais de congresso, conferência, simpósio nacional ou internacional

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Conferencia, seminário, simposio	Data e Local	Data de submissão	URL
	Apelido (s)	Nome (s)						

2.8.4. Livro científico, publicado em edição nacional ou internacional, aprovado por Comissão Editorial Académica

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Data de Submissão	Data de publicação	Número de páginas	URL
	Apelido (s)	Nome(s)						

2.8.5. Capítulo de Livro, publicado em edição nacional ou internacional

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Título do livro	Autor do livro	Editora	Páginas	URL
	Apelido (s)	Nome(s)							

3. Eixo de Extensão e Inovação

A FDUEM tem vindo a realizar as suas actividades de extensão por intermédio dos Centros de Investigação, nomeadamente: Centro de Práticas Jurídicas (CPJ), Centro de Direitos Humanos (CDH), Centro de Direitos Sociais (CDS) e Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida (CEDAB), que prestam assistência jurídica às populações carenciadas e outras actividades de extensão. Daí que este eixo está estritamente ligado ao eixo de investigação, pois complementam-se.

Durante o ano de 2020, a FDUEM tinham sido planeadas várias actividades de extensão a serem realizadas pelos Centros acima referidos, porém, a situação actual do País e do mundo influenciou negativamente a realização das referidas actividades, contudo, há que destacar algumas actividades realizadas pelo CPJ e CEDAB.

Como forma de fortalecer o papel da extensão no contexto de uma universidade de investigação (Objectivo Estratégico 1) o CEDAB lançou o Programa de Apoio à Extensão Ambiental que visa fundamentalmente aplicação do conhecimento adquirido, capacitação dos estudantes para lidarem com litigância básica e contribuir para a promoção do acesso à justiça no domínio da tutela supra-individual. Nesse âmbito, foi preparada uma proposta de trabalho, que inclui a colaboração com o Centro de Práticas Jurídicas, com os seguintes objectivos:

- Promover o acesso ao direito e à justiça na área do ambiente a sectores carenciados e vulneráveis da sociedade;
- Promover a interação com organizações vocacionadas à promoção do acesso ao direito e à justiça em matéria ambiental;
- Contribuir na educação jurídico-ambiental;
- Apoiar o envolvimento do CEDAB em acções de trabalho comunitário e outras de impacto directo na defesa dos direitos e interesses ambientais;

Desde o lançamento do CEDAB, em Outubro, foi notório o interesse dos órgãos de comunicação social em colaborar com a instituição pelo facto deste proteger interesses difusos, de natureza supra-individual, o que demonstra como é que as actividades de extensão podem impactar na sociedade (Objectivo Estratégico 2 – Gerar impacto na sociedade por meio da extensão). Com efeito, destacou-se o interesse manifestado pela Televisão de Moçambique de, em parceria com o CEDAB, criar uma rubrica para a divulgação da legislação ambiental e demais assuntos inerentes ao Direito do Ambiente. Destacou-se

também a participação de alguns membros do CEDAB em programas televisivos para debruçarem-se sobre a problemática ambiental, em diversos níveis.

No dia 10 de Novembro de 2020, o CEDAB organizou uma grande jornada de limpeza na Praia da Costa do Sol, alusiva ao Dia da Cidade de Maputo, em parceria com a cooperativa Repensar e o Conselho Municipal da Cidade de Maputo, tendo sido notória a participação massiva dos estudantes da FDUEM, de alguns Docentes, membros do CTA e do público em geral. Esta actividade enquadra-se no Programa de Apoio à Cidadania.

Uma outra actividade que marcou o ano do CEDAB foi a oferta realizada de mais de 150 plantas de diferentes tipos (de baixo consumo hídrico) à Direcção da Faculdade para o enriquecimento e embelezamento do jardim da Faculdade.

Foi igualmente criada a página Facebook do CEDAB (<https://www.facebook.com/Centro-de-Direito-do-Ambiente-da-Biodiversidade-e-da-Qualidade-de-Vida-104033578161091>), diariamente actualizada com informação diversa e que conta até ao dia 10 de Fevereiro com 611 gostos e 624 seguidores.

Ao nível do CPJ foram realizadas as seguintes actividades:

- i) No domínio da dimensão Ligação teoria-prática, o CPJ efetuou diligências com vista retirar os estudantes irregulares que estavam inscritos para realizar o estágio. Esta actividade permitiu abertura de vagas para o ingresso de novos estagiários.
- ii) O CPJ realizou actividades que não tinham sido planificadas, tais como: a) A revisão do Regulamento interno do Centro de modo a obter um conjunto de regras mais claras e actualizadas sobre todo o funcionamento do Centro, desde a sua estrutura orgânica, condições de ingresso, até as actividades dos estudantes-estagiários; e b) A revisão do quadro dos supervisores com vista a imprimir mais dinâmica no acompanhamento das actividades dos estudantes.
- iii) No concerne à prestação de serviços e assistência técnica, foi possível assistir 111 casos dos 150 previstos para 2020, através do patrocínio judiciário e 8 casos através de resolução extrajudicial de conflitos.

3.1. Extensão

Dimensão	Descrição de Actividades				Beneficiário	Observação
	Nº	Planificadas	Nível de execução	Impacto da actividade		
Ligação Teoria-prática		Preparar a saída dos estudantes-estagiários irregulares	45%	Permitiu o descongestionamento do CPJ, bem como a devolução da dignidade e seriedade institucionais.	Estudante	No âmbito da revitalização do CPJ, constatou-se que alguns estagiários ingressaram sem reunir os requisitos previstos no Regulamento do CPJ.
		Preparar concurso para os novos ingressos ao CPJ	5%	Permite a entrada de novos estudantes ao estágio do CPJ, após o interregno.	Estudante	Por motivos de permanência prolongada dos estagiários no CPJ, o que causou falta de vagas, em 2020 não foi lançado o edital para o ingresso de estudantes ao estágio do CPJ.
		Não Planificadas				
		Elaborar o Plano de actividades do CPJ para o período 2021-2022	10%	Permitirá uma visão mais concentrada das actividades do CPJ, em alinhamento com os estabelecidos no Plano Operacional 2019-2021.	Estudantes	
		Rever o Regulamento do CPJ	30%	Ter um quadro normativo mais claro e actualizado sobre todo o funcionamento do CPJ, desde a sua estrutura orgânica, modo de	Estudantes	

			funcionamento, até as actividades dos estudantes-estagiários.			
		Implementar o programa de retoma dos estudantes-estagiários às actividades do CPJ após os Estados de Emergência	100%	Permitiu a retoma mais acentuada das actividades efectivas dos estagiários, visto que estas se encontravam, aparentemente, em marcha-lenta por causa do COVID-19.	Estudantes/população carenciada	De acordo com o Plano de retoma, o CPJ conta com 4 (quatro) estagiários por dia, sendo 2 (dois) no período da manhã e outros 2 (dois) no de tarde.
		Revisão do quadro dos Supervisores do CPJ	100%	Incrementará a eficiência e a eficácia das actividades do CPJ, dando maior vazão às solicitações dos estagiários.	Estudantes	O quadro de supervisores foi acrescido, passando de 2(dois) para 8 (oito) supervisores
			107%			Sociedade
Desenvolvimento Comunitário e Transferência de Tecnologia	-	Colectar evidências para enriquecer as pesquisas	0%	Esta actividade teria impacto significativo na busca de informação concreta para as pesquisas, facilitando a análise de dados e a produção de respostas fundamentadas.	Comunidade	Estava prevista a colecta de 250 (duzentas e cinquenta) evidências. Devido à eclosão da pandemia, não foi possível a realização desta actividade. Enquanto a pandemia continuar fortemente activa, esta actividade será diferida ao momento oportuno.
		Promover as actividades do Centros junto das comunidades	0%	Permitiria a maior divulgação do CPJ junto das comunidades, bem como o acesso facilitado à justiça.	Comunidade	Estavam previstas 30 (trinta) palestras. Devido à eclosão da pandemia, não foi possível a realização desta actividade. Enquanto a pandemia continuar fortemente activa, esta actividade

						será diferida ao momento oportuno.
		Realizar palestras sobre a divulgação da legislação junto das comunidades	0%	Permitiria a maior divulgação das leis junto às comunidades, bem como o incremento da capacidade cognoscitiva destas, no que tange aos seus direitos e deveres.	Comunidade	Estavam previstas 30 (trinta) palestras. Devido à eclosão da pandemia, não foi possível a realização desta actividade. Enquanto a pandemia continuar fortemente activa, esta actividade será diferida ao momento oportuno.
Prestação de Serviços e Assistência Técnica		Assistência jurídica e patrocínio judiciário às populações carentiadas	74%	População carentiada	Permite que as pessoas carentiadas recebam apoio directo e dedicado do CPJ, facilitando o acesso à justiça e a reposição dos seus direitos violados.	estava previsto o atendimento de 150 casos para todo o ano, porem, foram, efectivamente, atendidos 111 casos.
		Resolução Extrajudicial de Conflitos	8%	População carentiada	Permite poupança de recursos financeiros e de tempo por parte dos intervenientes, bem como dos estagiários, resolvendo-se o conflito fora das lides judiciais. Mais ainda, se aloca, ao estagiário, uma carga de conhecimento extremamente importante neste âmbito.	estavam previstas 100 (cem) sessões, apenas 8 (oito) foram realizadas.
		Formar parceiros	0%	Parceiros do CPJ		Estavam previstas 6 (seis) acções de formação. Devido à eclosão da

						pandemia, não foi possível a realização desta actividade. Enquanto a pandemia continuar fortemente activa, esta actividade será diferida ao momento oportuno.
Responsabilidade Social e Elevação da Consciência Cívica		Divulgação do papel do CPJ nos <i>medias</i>	0%	Permitiria a divulgação da existência e do papel do CPJ na sociedade, o que possibilitaria maior afluência de pessoas carenciadas em busca da justiça, por intermédio do Centro.		Devido à eclosão da pandemia, esta actividade não foi realizada.
Estabelecer e Fortalecer Parcerias de Extensão entre a Universidade e a Sociedade		Estabelecimento/revitalização de parcerias com instituições públicas, privadas, OCBs. Grupos comunitários	0%	Permite a concepção e implementação de projectos de defesa dos direitos dos cidadãos, incluindo os de divulgação das leis e de boas práticas jurídicas.	Instituições públicas, privadas, OCBs e grupos comunitários	Devido à eclosão da pandemia, não foi possível a realização desta actividade. Enquanto a pandemia continuar fortemente activa, esta actividade será desenvolvida de forma tímida, porém, tiveram início os possíveis contactos no novo contexto da pandemia.
		Feira de Acesso à Justiça e divulgação das Leis				Sociedade Civil

3.2. Inovação

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Observação
-	-	-
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Observação

4. Eixo de Governação e Cooperação Universitária

4.1. Governação

Actividades Planificadas

- i) A situação da pandemia que o País enfrenta dificultou sobre maneira a realização das actividades previstas neste eixo. Contudo, foi possível realizar, com recurso às tecnologias de informação e comunicação (Plataforma Zoom), quatro (04) reuniões de Conselho de Direcção, uma (02) do Conselho Pedagógico e uma (01) do Conselho Científico.
- ii) Foram realizadas reuniões, com recurso à mesma plataforma, com docentes, para em conjunto arranjar soluções com vista ao cumprimento dos programas face ao Estado de Emergência e Situação de Calamidade Pública, ora decretados. Esta abordagem de gestão académica contribuiu para a consolidação da governação democrática e solidária (objectivo estratégico 1).

Actividade Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Realização regular e participativa de encontros de reflexão e tomada de decisão através de órgãos colegiais, como rege o Regulamento da FDUEM	50%	Controle da aplicação das medidas de prevenção e combate à propagação da COVID-19.	Foram realizadas reuniões do Conselho de Direcção, Conselho Pedagógico e Conselho Científico.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		Observação

4.2. Cooperação

Algumas das atribuições do sector de cooperação da FDUEM consiste em promover parcerias que se concretizam mediante a assinatura de acordos e protocolos de cooperação, gerir e garantir a manutenção de acordos e protocolos existentes, bem como garantir a mobilidade académica como uma das recomendações do PEUEM.

Com vista à materialização do objectivo estratégico 3 (Incrementar parcerias a nível nacional, regional e internacional, alinhadas coma nova Missao e Visao da UEM) na planificação do ano 2020 foi prevista a assinatura de um acordo de Cooperação entre a FDUEM e a Faculdade de Direito da Universidade de Minho. Embora não tenha sido assinado o Acordo de Cooperação previsto, a Faculdade de Direito da UEM assinou 1 (um) Protocolo de Cooperação, 1 (um) Memorando de Entendimento e promoveu a assinatura de 1 (um) Memorando de Entendimento assinado pela Direcção Central da UEM. Ao todo foram três instrumentos de cooperação formalizados e todos eles tem como objectivo principal a realização conjunta ou apoio na realização de actividades académicas, como é o caso de conferências, seminários, palestras, realização de pesquisas e publicações de artigos científicos.

Para além dos Instrumentos de Cooperação firmados pela Faculdade de Direito da UEM e o Memorando assinado pela Direcção central sob coordenação da Faculdade de Direito, outros instrumentos de Cooperação estão em negociação e só não concluídas devido aos constrangimentos causados pela pandemia da COVID-19. Eis alguns dos instrumentos em negociação:

- Memorando de Entendimento entre a UEM e A Fundação Sérgio Gago, instituição que promove a protecção ambiental e saneamento do meio;
- Memorando de Entendimento entre a FDUEM e a Associação para o Estudo e Defesa do Consumidor (ProConsumers);
- Memorando de Entendimento entre a FDUEM e o Afrin Prestige Hotel,
- Memorando de Entendimento entre a FDUEM e a Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica;
- Memorando de Entendimento entre a FDUEM e a Associação Moçambicana de Magistrados do Ministério Público.

Para além das acções de negociação e celebração de instrumentos de cooperação a Faculdade de Direito, através do Gabinete de Planificação e Cooperação, conseguiu fortalecer, conforme programado, o acordo com o Moza Banco, sobretudo a componente de atribuição de Bolsas de estudo aos estudantes da FDUEM.

Nome da Instituição	Tipo de instrumento (Memorando, Acordo, etc)	Data		Área de cooperação	Objectivos	Impacto das actividades para UEM por eixo
		Assinatura	Validade			
Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA) e Conselho Constitucional (CC)	Protocolo de Cooperação	27 de Janeiro de 2020 e válido até 31 de Dezembro de 2022		O Direito Público, em termos genéricos, e o Direito Constitucional, o Direito Eleitoral e Direitos Fundamentais.	Realização de eventos científicos (palestras, seminários, conferências e estudos) e de extensão universitária	
Tribunal Supremo	Memorando de Entendimento	De 14 de Outubro de 2020 a 14 de Outubro de 2024, renovável automaticamente (O protocolo vou assinado ao nível da Direcção Central, mas negociado sob coordenação da Faculdade de Direito)		A cooperação a ser estabelecida entre as Partes incluirá, entre outros, os seguintes domínios: <ul style="list-style-type: none"> a) Realização conjunta de projectos de pesquisa; b) Formação dos operadores do Judiciário; c) Docência por Magistrados e Funcionários dos Tribunais Judiciais; d) Acesso planificado e regado aos tribunais pelos estudantes e docentes da UEM, no âmbito da formação e investigação; e) Concessão de bolsas de estudo. 		
Gabinete do Provedor de	Memorando de Entendimento	De 21 de Outubro de 2020 a 21 de Outubro de 2025,		O Memorando de Entendimento abrange, entre outros, o seguinte:		

Justiça		renovável automaticamente.	<ul style="list-style-type: none"> a) Realização conjunta de programas e projectos de pesquisa; b) Realização conjunta ou em parceria de eventos científicos; c) Realização conjunta ou em parceria de acções de formação e capacitação de titulares de cargos públicos e de funcionários e agentes do Estado; d) Formação dos funcionários do GPJ; e) Facilitação de acesso ao GPJ pelos docentes, investigadores e estudantes da FDUEM, no âmbito da formação e investigação; f) Concessão de bolsas de estudos. 		
---------	--	----------------------------	--	--	--

5. Gestão, Finanças e Recursos Humanos

5.1 Gestão

Actividades planificadas

Estavam planificadas nesta área as seguintes actividades:

- i) **Divulgar os principais documentos de gestão no *website* da FDUEM: planos e relatórios de actividades e financeiro**, atendendo ao *objectivo estratégico 1* deste eixo, de promover a *gestão eficiente; transparente e fiável*.
- ii) Adoptar modalidades de pagamento por referências e automatizados (quiosque).

A actividade i) foi realizada em 100%. Com efeito, constam no *website* da FDUEM o Plano Operacional 2019-2021, o Plano de Actividades e Orçamento para 2020 e o Relatório de Actividades e Financeiro de 2019. A actividade ii) não foi materializada, por estar dependente da harmonização de *software* de gestão de receitas.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Divulgar os principais documentos de gestão no <i>website</i> da FDUEM: planos e relatórios de actividades e financeiro	100%	Elevado	
Adoptar modalidades de pagamento por referências e automatizados (quiosque)	0%	Elevado	Dependente da harmonização de <i>software</i> de gestão de receitas

5.2 Finanças

Nesta área estavam planificadas as seguintes actividades harmonizadas com o *objectivo estratégico 2*, de *mobilizar recursos adicionais para a UEM*::

- i) Tornar sustentável o Gabinete de Estudos de Projetos da FDUEM;
- ii) Diversificação das fontes de financiamento por via da realização de cursos de curta duração;
- iii) Ajustar os valores de rendas do Centro Social, campo de jogos e Centro de Cópias.

A actividade i) ficou comprometida/limitada devido a eclosão da pandemia da COVID-19 e as actividades ii) e iii) não foram realizadas pelo mesmo motivo.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das</i>	<i>Observação</i>
---------------------------------	--------------------------	--------------------	-------------------

		<i>actividades</i>	
Tornar sustentável o Gabinete de Estudos de Projetos da FDUEM	30%	-	Processo condicionado devido a redução de actividades
Organizar Cursos de Formação Contínua (curta duração) para a diversificação das fontes de financiamento	0%	-	Processo inviabilizado pela COVID-19
Ajustar o valor da renda do Centro Social, Campo de Jogos e Centro de Cópias	0%		Tornou-se incompatível com a realidade verificada em 2020 – COVID-19

Execução Financeira

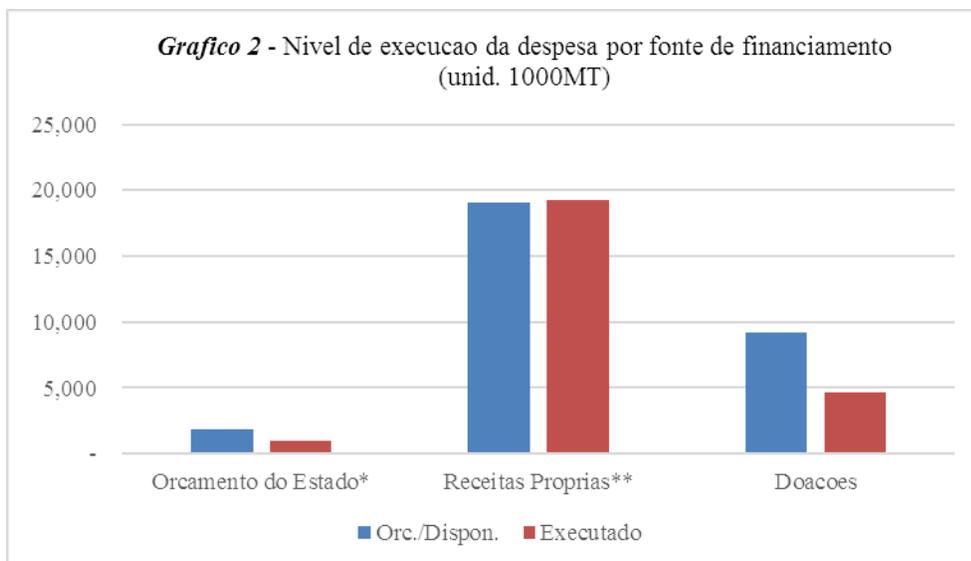
As metas definidas neste tópico, em todas as fontes de financiamento, nomeadamente Orçamento do Estado (OE), Receitas Próprias (RP) e Doações (D), eram os limites dos orçamentos aprovados ou projecções por agregados de receitas e despesas.

Os orçamentos, bem como a execução, são ilustrados no *quadro 1* e no *gráfico 2*:

Quadro 1 - Nivel de execucao orcamental por fonte de financiamento

<i>Fonte de Financiamento</i>	<i>Orc./Dispon.</i>	<i>Executado</i>	<i>% Exec</i>
Orçamento do Estado*	1,868,785.31	989,392.31	53%
Receitas Próprias**	19,032,405.78	19,226,124.43	101%
Doacoes	9,197,204.48	4,654,080.68	51%
Total	30,098,395.57	24,869,597.42	83%

* - Excluindo Remuneracoes, Gastos Gerais e Desp Capital, ** - Receita de 2020 + saldo final de Dez 2019



5.2.1 Orçamento do Estado

Do orçamento proposto de **10.964.300,00MT**, foi aprovado o montante de **1.868.785,31MT** (excluindo remunerações certas).

Tanto o orçamento aprovado como os montantes efectivamente disponibilizados e gastos, em 2020, ficaram aquém do solicitado, o que associado ao contributo nulo das verbas de investimento solicitadas obviamente comprometeu o alcance das metas fixadas.

As despesas efectuadas em 2020, nesta fonte de financiamento, constam do **anexo F-I**.

Por outro lado, nos últimos sete anos os montantes efectivamente gastos foram de 3.503.371,12MT (2014), 2.232.095,10 (2015), 1.705.601,80 (2016), 581.663,50 (2017), 830.817,72 (2018), 224.642,24 (2019) e **989.392,31** (2020), correspondendo a uma redução de **72%**.

O baixo nível de execução em 2020 (**53%**) tem como justificação (i) a indisponibilidade de fundos do OE, e (ii) a percepção generalizada da existência de fontes alternativas (especialmente RP) para o financiamento de despesas, ainda que a vinculação das referidas despesas ao OE esteja devidamente prevista e seja baseada na articulação equilibrada entre as fontes de financiamento.

5.2.2 Receitas Próprias

As receitas e despesas previstas e realizadas em 2020 nesta componente de financiamento estão detalhadas no **anexo F-II**.

5.2.2.1 Receitas

A pandemia da COVID-19 afectou de forma dramática o nível da receita – a receita arrecadada foi correspondente a 51,7% da prevista, e apenas a 49% em relação a receita arrecadada no ano anterior, conforme o mapa detalhado no **anexo F-III**.

5.2.2.2 Despesas

Como resultado do decréscimo acentuado da receita, as despesas correntes corresponderam a apenas 61,26% do previsto para 2020, representando uma diminuição na ordem de 33% em relação ao ano anterior. Relativamente às despesas de capital estas corresponderam a 70,97% do planificado, representando uma diminuição de 85% relativamente ao ano anterior.

É digno de realce o facto de a receita corrente do ano ter sido inferior a despesa corrente, e de as remunerações terem consumido a totalidade da receita corrente. Esta situação deveu-se ao baixo nível de receitas, e obrigou a FDUEM a recorrer, pela primeira vez, ao seu fundo de poupança para infra-estruturas com vista a honrar com os s/compromissos no tocante a remunerações.

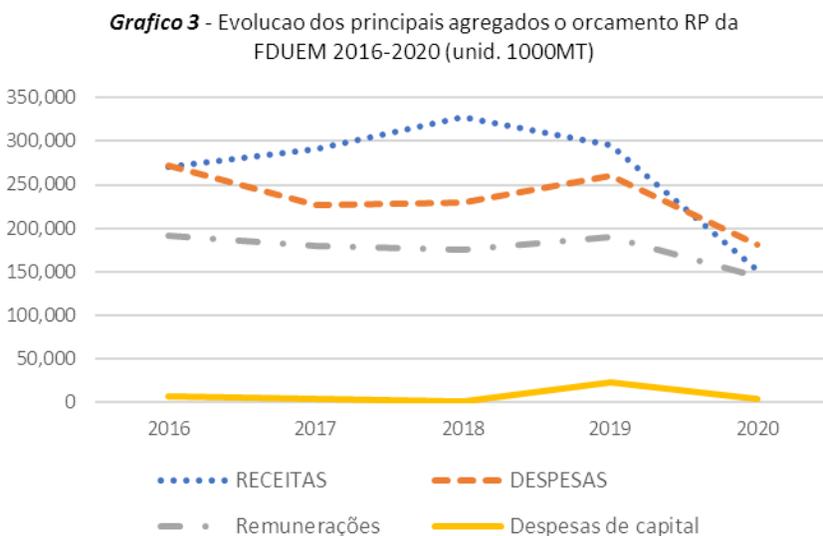
Dados comparativos 2016-2020

Quadro 2 : Evolução dos principais agregados (em unid. MT)

	2016	2017	2018	2019	2020	Evol %
RECEITAS	27,005,591.07	29,078,579.71	32,821,743.83	29,514,025.02	15,159,757.09	-44%
Mensalidades graduação	15,332,729.50	14,050,307.79	13,976,822.36	14,168,124.80	6,582,219.77	-57%
Mensalidades pos-graduação	9,636,628.99	10,829,646.54	13,127,343.75	10,389,579.05	5,955,904.41	-38%
Outras receitas n/tributárias	2,036,232.58	4,198,625.38	5,717,577.72	4,956,321.17	2,621,632.921	-29%
DESPESAS	27,175,039.59	22,601,438.56	22,901,571.57	26,001,822.10	18,091,589.91	-33%
Despesas Correntes	26,493,186.63	22,251,857.92	22,789,382.57	23,704,619.38	17,754,134.94	-33%
Remunerações	19,144,741.66	18,024,863.04	17,546,489.35	18,994,410.79	14,493,074.80	-24%
Outras despesas c/ pessoal	884,139.40	564,474.00	323,323.00	475,257.21	0.00	-100%
Bens e serviços	6,464,305.57	7,140,236.74	7,728,036.92	6,836,494.41	3,261,060.14	-50%
Despesas de capital	681,852.96	349,580.64	112,189.00	2,297,202.72	337,454.97	-51%
TRANSFERENCIAS	5,199,942.84	4,226,994.88	5,242,893.22	4,710,208.59	2,533,542.80	-51%
Contribuicoes DFIN	3,695,302.57	2,871,857.48	3,756,053.68	3,459,127.47	1,807,209.17	-51%

Contribuicao novo edificio	1,504,640.27	1,355,137.40	1,486,839.54	1,251,081.12	726,333.63	-52%
-------------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------	------

Os dados acima evidenciam, entre outros, que nesse período as receitas correntes registaram um decréscimo acentuado (44%), o que fundamentalmente foi resultado da eclosão da pandemia de COVID-19, associada à anterior situação macroeconómica desfavorável. A tendência da evolução dos principais agregados antes e no contexto da pandemia pode ser visualizada no **gráfico 3**:



5.2.3 Doações

O financiamento externo destinado à prossecução de actividades no âmbito de projectos/programas ascendeu a **9.197.204,48MT**, montante que agrega saldos iniciais e recebimentos. Deste montante foi gasto o valor correspondente a **4.654.080,68MT**, o que significou uma execução financeira de **51%**.

No **anexo F-IV** apresenta-se o resumo da execução financeira das doações, com indicação dos centros/núcleos beneficiários, bem como da origem dos fundos.

Contrariamente às expectativas iniciais, verificou-se que, em relação aos anos anteriores, o financiamento aumentou consideravelmente, conforme ilustrado abaixo.

Quadro 3 : Evolução do financiamento e nível de execução 2017/2020 (unid MT)

DESCRICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	EVOL
-------------	------	------	------	------	------

					%
Financiamento	4,302,391.27	4,591,150.00	2,111,865.81	9,197,204.48	114%
Execução	3,727,483.10	3,766,525.84	1,850,902.26	4,654,080.68	25%
<i>Nível de execução</i>	<i>87%</i>	<i>82%</i>	<i>88%</i>	<i>51%</i>	<i>-</i>

Importa destacar que o nível de financiamento depende, regra geral, do sucesso das actividades associadas ao *fund raising* e do *timing* dos pagamentos adoptados pelos financiadores, ao passo que o nível de execução é tributário dos cronogramas dos processos administrativos que originam desembolsos. No caso particular de 2020, parte significativa dos recursos recebidos deviam ter sido disponibilizados no ano anterior, ie, foram desembolsados tardiamente.

5.3 Recursos Humanos

No âmbito do objectivo estratégico de *aumentar a atractividade, a eficiência e a eficácia dos recursos humanos*, foram planificadas as seguintes actividades:

Actividades planificadas:

- i) Incrementar o valor dos incentivos do CTA - Pós-Laboral no âmbito de melhoramento dos índices de retenção dos RH;
- ii) Capacitação de docentes em Psicopedagogia e TIC;
- iii) Capacitação do CTA nos domínios de Administração e Gestão Universitárias; Recursos Humanos, Secretariado, Legislação sobre Administração Pública e TIC.

A actividade i) não foi realizada, por ter-se tornado inviável dada a redução drástica da receita. Relativamente as actividades ii) e iii), a COVID-19 impossibilitou a sua realização nos moldes pretendidos, embora os docentes tenham beneficiado de capacitação em TIC.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Incrementar o valor dos incentivos do CTA - Pós-Laboral no âmbito de melhoramento dos índices de retenção dos RH	0%	-	Processo inviável dada a redução drástica da receita (vide anexos F-II e F-III). Reconduzido para a PPAO de 2021
Capacitação de docentes em Psicopedagogia e TIC	25%	-	Actividade transferida para 2021, conforme a PPAO da FDUEM para 2021, devido a COVID-19
Capacitação do CTA em Administração e Gestão Univesitária, RH, Legislação da Administração Pública, TIC e Proficiência e Línguas	0%	-	Actividade transferida para 2021, conforme a PPAO da FDUEM para 2021, devido a COVID-19
<i>Actividades não Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>		<i>Observação</i>

Formação em biosegurança no contexto de COVID-19 pelo Instituto Nacional de Saúde	80%	Impacto amplo no novo contexto, pois permitiu replicar a formação para docentes, demais estudantes e CTA	Formação de 1 (um dia) envolvendo 3 membros do CTA e 3 estudantes. A título gratuito.
Reorganização das escalas de trabalho do CTA para atender às imposições derivadas de COVID-19	100%	-	-
Reformulação da proposta do quadro de pessoal, com enfoque para os centros de pesquisa da FDUEM	-	Significativo, por atender a nova visão e missão da UEM e as perspectivas de progressão dos docentes nas carreiras	Proposta aprovada em Janeiro de 2021

5.3.1 Corpo Docente por Regime de Contratação, Nível de Formação e Género

Regime de contratação	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Tempo inteiro	-	-	-	2	3	5	-	-	-	9	8	17	1	9	10	12	20	32
Tempo parcial	-	-	-	0	0	0	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18
Total	-	-	-	2	3	5	-	-	-	11	18	29	1	15	16	14	36	50

5.3.2 Corpo Docente a Tempo Inteiro por Nacionalidade, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Moçambicana	-	-	-	2	6	8	-	-	-	9	17	26	1	13	14	12	36	49
Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	2	6	8	-	-	-	10	17	27	1	13	14	13	36	49

5.3.3 Corpo Docente a Tempo Parcial por Nacionalidade, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Moçambicana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18
Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18

5.3.4 Corpo Docente por Tipo de Relação Contratual, Nível de Formação e Género

Tipo de relação contratual	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Pertence ao quadro	-	-	-	2	3	5	-	-	-	9	8	17	1	9	10	12	20	32
Não pertence ao quadro	-	-	-	0	0	0	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18
Total	-	-	-	2	3	5	-	-	-	11	18	29	1	15	16	14	36	50

5.3.5 Docentes que ocupam cargos de Direcção /Chefia, por Género

Cargo de Direcção/ Chefia	Género		Total
	F	M	
Reitor	-	-	
Vice-Reitor	-	-	
Director da Faculdade	0	1	1
Director – Adjunto da Faculdade	0	1	1
Director Nacional	-	-	-
Director – Adjunto Nacional	-	-	-
Chefe do Departamento	2	3	5
Director de Curso	-	-	-
Chefe de Repartição	3	1	4
Chefe de Secção	1	1	2
Assessor da Reitoria	-	-	-
Assistente	-	-	-
Director de Centro de Manutenção	-	-	-
Total	6	7	13

5.3.6. Corpo Investigador por Tipo de Relação Contratual, Nível de Formação e Género

Tipo de relação contratual	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Pertence ao quadro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Não pertence ao quadro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1

5.3.7. Número do pessoal do CTA por Regime de Contratação, Nível de Formação e Género

Regime de contratação	Nível de formação																		Todos		
	Básico			Médio			Bacharel			Licenciado			Mestre			Doutorado			F	M	T
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T			
Tempo inteiro	1	0	1	0	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Tempo parcial	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Total	1	0	1	0	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2

5.3.8. Número do pessoal do CTA a Tempo Parcial por Nacionalidade, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de formação																		Todos		
	Básico			Médio			Bacharel			Licenciatura			Mestre			Doutorado			F	M	T
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T			
Moçambicana	1	3	4	6	6	12	-	-	-	14	10	24	0	1	1	-	-	-	21	20	41
Estrangeira							-	-	-	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0	0
Total							-	-	-	14	10	24	0	1	1	-	-	-	21	20	41

5.3.9. Números do pessoal do CTA por Tipo de Relação Contratual, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de formação																		Todos		
	Básico			Médio			Bacharel			Licenciatura			Mestre			Doutorado			F	M	T
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T			
Moçambicana	1	3	4	6	8	14	-	-	-	14	10	24	0	1	1	-	-	-	21	22	43
Estrangeira	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0	0
Total	1	3	4	6	8	14	-	-	-	14	10	24	0	1	1	-	-	-	21	22	43

5.3.10. Números do pessoal do CTA por Cargo de Direcção / Chefia

Cargo de Direcção / Chefia	Género		TOTAL
	F	M	
Director de Faculdade	-	1	1
Director Nacional	-	-	-
Director-Adjunto	0	0	0
Director Nacional Adjunto	0	0	0
Administrador	0	1	1
Chefe do Departamento	2	3	5
Chefe de Repartição	3	1	4

Administrador do Bairro Universitário	-	-	-
Chefe de Biblioteca	-	1	1
Chefe de Laboratório	-	-	-
Chefe de Secretaria	0	1	1
Chefe de Secção Central	1	1	2
Chefe de Oficinas	0	0	0
Chefe de Secretariado	0	0	0
Chefe de Sector	0	0	0
Assistente da Reitoria	0	0	0
Secretário de Direcção	1	0	1
Secretário de Relações Públicas	0	0	0
Secretário Particular	0	0	0
Secretário Executivo	0	0	0
Total	7	9	16

5.3.11. Pessoal em formação

Nível Pretendido	Corpo Docente	Investigador	Corpo Técnico-Administrativo	Total
Pós - Doutoramento	0	0	0	0
Doutoramento	11	0	0	11
Mestrado	2	0	5	7
Licenciatura	0	0	6	6
Bacharelato	0	0	0	0
Médio-Profissional	0	0	3	3
Total	13	0	14	27

6. Eixo de Património e Infraestruturas

6.1. Património

Nesta área e para atender ao *objectivo estratégico 3*, de *melhorar o desempenho dos edifícios e sua envolvente (redes técnicas)*, estavam planificadas as seguintes actividades:

- i) Repor o circuito de videovigilância das instalações;
- ii) Adquirir sistema de detecção de livros (antenas);

Embora tenham sido instaladas algumas câmaras de videovigilância nas instalações (actividade i), as mesmas não atendem as principais preocupações da FDUEM, pelo que consideramos que esta actividade não foi realizada, por motivos de ordem financeira. Pelo mesmo motivo a actividade ii) não foi realizada.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Repor o circuito de videovigilância das instalações	0%	Significativo	Actividade transferida para 2021, por falta de fundos (OE).
Adquirir sistema de detecção de livros (antenas)	0%	Significativo	Actividade sera' condicionada pela exiguidade de recursos (RP) causada por COVID-19

6.2 Infraestruturas

6.2.1. Projectos

Actividades planificadas, no âmbito do *objectivo estratégico 1* do eixo, de assegurar infraestruturas de suporte, foram as seguintes:

- i) Actualizar o projecto executivo do novo edifício da FDUEM;
- ii) Intervir directamente na busca de financiamento para execução do projecto do novo edifício da FDUEM;

A actividade i) não foi realizada por falta de recursos. A actividade ii) tornou-se inoportuna, pelo facto dos potenciais financiadores do empreendimento terem sido afectados pela pandemia.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Actualizar o projecto executivo do novo edifício da FDUEM	0%	Estruturante	Actividade transferida para

			2021, conforme a PPAO da FDUEM para 2021
Intervir directamente na busca de financiamento para execução do projecto do novo edifício da FDUEM	0%	Significativo	Actividade transferida para 2021, conforme a PPAO da FDUEM para 2021

6.2.3. Reabilitações

As actividades planificadas nesta área visavam atender ao *objectivo estratégico 4* do eixo, designadamente de *melhorar os edifícios sob o ponto de vista de desempenho (reabilitação e manutenção)*, a saber:

- i) Renovar a pintura exterior das instalações da FDUEM ;
- ii) Reajustar a instalação eléctrica e canalização das instalações;
- iii) Efectuar reparações, reposição de acessórios de sanitários e manutenção de aparelhos de A/C
- iv) Reabilitar campo de jogos.

A actividade i) não foi realizada devido a incertezas acrescidas quanto a disponibilização de fundos (do OE) para a actividade, pelo que foi reconduzida para PPAO 2021. A actividade ii) foi realizada em parte, devido a concentração de esforços noutras prioridades. Relativamente a actividade iii) a mesma foi realizada, por ser indispensável e por ter carácter permanente. Por seu turno, a actividade iv) não foi realizada por estar em avaliação por parte do parceiro interessado, o MozaBanco.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Renovar a pintura exterior das instalações da FDUEM	0%	Elevado (imagem da FDUEM)	Incetezas s/ disponibilização de fundos (OE) para a actividade face as novas prioridades. Actividade reconduzida para PPAO 2021
Reajustar a instalação eléctrica e canalização das instalações	5%		Em curso
Efectuar reparações, reposição de	100%	-	-

acessórios de sanitários e manutenção de aparelhos de A/C			
Reabilitar campo de jogos	0%		Processo em avaliação por parte de parceiro interessado (Moza Banco)

7. Eixo de Assuntos Transversais

- i) Realização de actividades de índole cultural-recreativo por ocasião das celebrações do dia da FDUEM – canto, danças tradicionais e teatro (*objectivo estratégico 2* do eixo);
- ii) Atribuição de brindes por ocasião do dia da Mulher Moçambicana (*objectivo estratégico 1*);
- iii) Inscrição de equipas de estudantes no Campeonato inter-turmas de futsal, masculino e feminino (*objectivo estratégico 2*);

Dinamizar a participação de estudantes da Faculdade no campeonato de futsal da UEM (*objectivo estratégico 2*).

- iv) Apenas a actividade ii) foi realizada, tendo as outras sido canceladas.

Relação com os eixos

Na prossecução das actividades do eixo de ensino-aprendizagem é de destacar a relação tida com o eixo de Gestão, Finanças e Recursos Humanos no que concerne à capacitação dos docentes e estudantes no uso das plataformas digitais, por virtude da situação de excepcionalidade imposta pela pandemia da Covid-19, visto que foi necessário alterar a forma de ensino deixando de ser, essencialmente, presencial. Visto que a determinação, por Decreto Presidencial, de encerramento das instituições de ensino superior, para efeitos de aulas presenciais, não afastou a necessidade de ser dada continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, o qual, na sequência, e sob orientação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, deveria prosseguir com recurso às plataformas *on-line*.

O resultado desta capacitação foi o de permitir que as aulas em modelo presencial sejam ministradas em combinação com o modelo remoto.

A subscrição da Faculdade de Direito nas plataformas Vula e SIGA assim como a aquisição de licença da plataforma Zoom Pro tinha por objectivo assegurar a continuidade das aulas em formato híbrido.

Destacou-se também a relação com o eixo de investigação através do Centro do Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida (CEDAB), o qual realizou um trabalho voluntário de limpeza de praias, envolvendo estudantes inscritos na disciplina do Direito do Ambiente. Esta actividade, teve essencialmente um impacto social, não apenas pelo resultado imediato, mas também pelo exemplo de cidadania que, se espera, seja contagiante.

Ainda na relação com o eixo de investigação, destacou-se a promoção do concurso dos melhores trabalhos de fim de curso visando assegurar a participação dos estudantes nas actividades de investigação, não apenas ao nível dos grupos de disciplina mas também ao nível regional, em representação da nossa Faculdade. este concurso possibilita a publicação dos trabalhos dos vencedores na Universidade das Ilhas Reunião.

A relação entre o eixo de Gestão, Finanças e Recursos Humanos com os demais eixos é instrumental e decisiva, pois serve de suporte as actividades de ensino e aprendizagem, investigação, extensão, entre outros, tanto de ponto de vista da gestão do principal recurso (recursos humanos), desde a programação das contratações do pessoal ao controlo da efectividade do mesmo, bem como no aprovisionamento dos meios financeiros e materiais necessários ao funcionamento da Faculdade.

Constrangimentos

A pandemia da covid-19, como já referimos, e a conjuntura sócio-económica do país, tiveram reflexos significativos, pela negativa, no desenvolvimento das actividades previstas, sendo de destacar:

- Fraca adesão aos diferentes cursos de pós-graduação (Especialização e Mestrados) que a FDUEM oferece;
- A não realização ou realização deficiente de algumas das actividades programadas em virtude do Estado de Emergência e sucessivas prorrogações e, posteriormente, a

decretação da situação de calamidade pública, em resultado da pandemia da covid-19, sendo de destacar para o eixo de ensino-aprendizagem autoavaliação dos cursos e a revisão curricular. Ambas actividades requerem trabalho presencial e, como tal, dependem da presença física da comunidade académica. Por esta razão, as medidas decretadas pelo Governo desde Março de 2020, impactaram negativamente ambos processos sendo que só em Agosto de 2020 foi possível uma retoma parcial do ritmo das actividades tendo sido, no entanto, priorizado a área do ensino, para efeitos de consolidação dos conteúdos ministrados por via remota.

- Apoio insuficiente das direcções centrais na disponibilização de recursos materiais ou financeiros (vide **anexo F-I**) para a prevenção da COVID-19. Adicionalmente, o nível de arrecadação de receitas da FDUEM, de Janeiro a Dezembro de 2020, baixou drasticamente (49%) em comparação com o mesmo período do ano anterior – vide **anexos F-II, F-III e F-V**.
- Inexistência de um mecanismo pragmático de *procurement* ao nível da UEM, no geral, que permita a FDUEM adquirir material de prevenção da propagação da COVID-19 com a celeridade imposta pela pandemia.
- A insuficiência de pessoal afecto ao Gabinete de Qualidade Académica, dado que até 2021 o Gabinete conta apenas com o Coordenador, também impactou negativamente na execução de tais tarefas porquanto as mesmas exigem esforço combinado. É importante salientar que neste momento o Coordenador está em fase de reposicionamento das actividades.
- Redução do efectivo do CTA em consequência de (i) falecimento de uma funcionária afecta ao sector de apoio, e (ii) enfermidade de um funcionário do sector de Protecção e Segurança, acometido por acidente vascular cerebral.

Lições aprendidas

- No decurso do primeiro semestre, as aulas em modelo remoto foram ministradas com muitas dificuldades tanto da parte dos docentes quanto dos estudantes limitando-se aqueles a enviar os

apontamentos por e-mail e outros a interagir em formato de comunicação assíncrona, por vídeo ou áudio.

As capacitações organizadas pelo Centro do Ensino à Distância (CEND) determinou um novo *modus operandi* na vida acadêmica e em outras formas de interação social porquanto, o essencial das actividades académicas (de carácter pedagógico e administrativo) e sociais tiveram continuidade por conta da familiarização com as plataformas *on-line*.

Permitiu também uma maior harmonização e monitoria do processo de ensino-aprendizagem. Num momento inicial, recorreu-se, aleatoriamente, a qualquer plataforma disponível (Moodle, Google Aulas, Skype, Colibri e WhatsApp). Posteriormente, a Faculdade de Direito identificou duas plataformas para uso universal (Vula e Zoom).

O recurso a estes instrumentos tem impacto no que respeita à redução de despesas de deslocação para os estabelecimentos de ensino. Em contrapartida, introduz custos referentes ao consumo de internet (assistência a aulas, seja em formato de comunicação assíncrona seja síncrona).

Portanto, independentemente do modelo de ensino a ser adoptado no futuro, a pandemia da COVID-19 acelerou o uso massivo de plataformas electrónicas para as actividades de ensino e aprendizagem, e não só, com impacto a longo prazo. Esta massificação poderá diminuir os impactos - previstos - (i) da redução de recursos financeiros e (ii) da inadequação da infraestrutura para, por exemplo, o acolhimento de estudantes portadores de deficiência motora; No tocante à gestão de Recursos Humanos, a pandemia da COVID-19, ao impor o regime de rotatividade de trabalho do CTA, revelou a importância e a necessidade de os funcionários serem polivalentes, especialmente ao nível intrasectorial. Essa qualidade (polivalência) deverá ser privilegiada no pós-COVID, face à tendência da redução da força de trabalho na FDUEM, em particular, e na UEM, no geral.

Conclusões e Recomendações.

A COVID-19 representou o maior desafio para a implementação do plano de actividades e orçamento da FDUEM para 2020, por falta de financiamento das actividades propostas, posto que os *stakeholders* tradicionais que contribuem para o financiamento da FDUEM foram igualmente afectados pela pandemia, o que se traduziu na limitação drástica de recursos disponibilizados, por isso urge a necessidade de diversificar as fontes de financiamento.

O insuficiente envolvimento das direcções centrais no financiamento das unidades no contexto específico da COVID-19, resultou na afectação insignificante de recursos para a COVID-19 para a FDUEM. Esta situação prevalece e requer mudanças urgentes.

A situação imposta pela pandemia exige uma outra forma de agir, daí que entendemos que é necessário a redefinição das estratégias de operacionalização das actividades programadas com recurso às TICs.

No tocante ao eixo de Património e Infraestrutura, a COVID-19 também representou o maior desafio para a implementação do plano de actividades e orçamento da FDUEM para 2020, visto que os potenciais parceiros da FDUEM para o empreendimento da construção do novo edifício foram igualmente afectados pela pandemia, o que reduziu drasticamente a expectativa da Faculdade sobre a angariação de recursos para o projecto.

AneXos